

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS 40 A 60

Maria Betânia B. ALBUQUERQUE
Universidade do Estado do Pará

Resumo: *O artigo resulta de uma investigação em âmbito de doutorado acerca do percurso histórico da disciplina Filosofia da Educação a partir da PUC/SP entre os anos de 1940 a 1990.¹ Especificamente, focaliza a configuração intelectual que teve essa disciplina entre os anos 40 a 60 do século XX, quando esteve sob a influência da perspectiva tomista. Visa capturar a identidade que a disciplina obteve nesse período a partir dos temas privilegiados e/ou silenciados nos programas, dos intelectuais e das obras que serviram de norte ao seu ensino, bem como dos principais eventos que marcaram essa área de conhecimento. O trabalho se insere dentro de um campo de estudos denominado de história das disciplinas acadêmicas que, na sua interface com a Sociologia do Currículo, preocupa-se com a historicidade das disciplinas, seus conflitos internos e externos, seus mentores e obras, entre outros aspectos.*

A criação da PUC/SP

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) surgiu inserida no contexto do amplo movimento católico de socialização da sociedade brasileira, emergente na década de 1920, o qual teve, como uma de suas justificativas, a crise de domínio da Igreja, travestida de crise moral, em função do avanço crescente da laicização das instituições a qual, dentro dessa visão, contribuía para solapar a implantação dos ideais cristãos na sociedade.

De acordo com o projeto da Igreja, a veiculação da espiritualidade católica teria como meio fundamental o sistema educacional,

¹ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. *Trilhas e temas da disciplina Filosofia da Educação a partir da PUC/SP*. Tese de Doutorado: Educação: história, política, sociedade. PUC-SP, São Paulo, 2002.

especialmente o ensino superior – dimensão onde se formaria uma elite devidamente aparelhada científica e moralmente para dirigir o país à luz de seus ideais.

O pavor da Igreja Católica diante dos sistemas públicos e estatais de ensino e do surgimento de universidades públicas imbuídas de ideais laicos e democráticos, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF), a fez investir pesadamente na criação de sua própria universidade, laboratório privilegiado na fabricação da elite necessária ao país: uma elite fundamentalmente católica.

A criação da universidade católica significou, para a Igreja Católica, uma conquista grandiosa face à difícil situação em que se encontrava na década de 40. Não significou, todavia, uma vitória plena considerando-se sua grande pretensão de monopolizar a cultura superior do país. Tratava-se, portanto, de aproveitar todas as possibilidades trazidas pela fundação de sua própria universidade, fazendo dela um espaço no qual poderia implementar seu projeto de conformação ético-religiosa das novas gerações. Nesse sentido, a PUC-SP (*locus* institucional deste estudo) representou um espaço privilegiado de produção, divulgação e circulação do ideário católico consubstanciado na filosofia de São Tomás de Aquino, que se infiltrou na instituição sob diferentes perspectivas, inclusive, e sobretudo, nas disciplinas de caráter filosófico como era o caso da *Filosofia da Educação*.

A filosofia tomista no Brasil

O pensamento tomista, no Brasil, segundo Campos (1968), concentrou-se, no período compreendido entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, ele foi difundido, fundamentalmente, através dos intelectuais católicos reunidos em torno do Centro Dom Vital. Já em São Paulo, concentrou-se, prioritariamente, na PUC, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira.

Na PUC-SP, os principais representantes dessa corrente foram Michel Schooyans, Beda Kruse, José Antônio Tobias, Adolfo Crippa e Leonardo Van Acker, considerado “um dos mais ilustres neotomistas do País” (Campos, 1968, p. 123). No contexto deste estudo, destaca-se o nome de Leonardo Van Acker, sobretudo em função da enorme

influência que exerceu, como filósofo da educação e professor catedrático de Filosofia da Educação, na PUC-SP entre os anos de 1948 e 1955.

De origem belga, Leonardo Van Acker nasceu, em 16 de janeiro de 1896, na cidade de Bruges. Aos 25 anos fez-se doutor em Filosofia, pela Universidade de Louvain, onde era famoso o Instituto Superior de Filosofia (Escola São Tomás de Aquino) coordenado pelo Abade Desiré Mercier, que influenciou as idéias defendidas por Van Acker. Tal Instituto situava-se dentro de um amplo movimento que visava ao renascimento do tomismo em harmonia com o pensamento moderno. As aulas, contra a tradição do latim, eram ministradas em francês, "para efeito de demonstração da atualidade do tomismo".²

No ano de 1921, Leonardo Van Acker chegou ao Brasil com a incumbência de substituir Carlos Sentroul na cátedra de Filosofia da Faculdade São Bento, uma das faculdades constitutivas da PUC/SP, e para onde se volta este artigo. Ao ser fundada a PUC-SP em 1946, Leonardo Van Acker fez parte do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Filosofia de São Bento tendo pertencido ao Instituto Brasileiro de Filosofia do qual foi membro-fundador. Responsabilizou-se por diversas cadeiras, nas várias unidades que constituíam a PUC-SP. Na Faculdade Paulista de Direito, foi catedrático de Filosofia do Direito; na Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae*, catedrático de Filosofia, Lógica e Criteriologia; na Faculdade de Filosofia de São Bento, Filosofia Geral, Metafísica, Lógica, Introdução à Filosofia, História da Filosofia Moderna, Filosofia Social e **Filosofia da Educação**, a partir de 1948 (Cf. Granjo, 1999, p. 332-333).

Intelectual rigoroso com o seu trabalho e homem de vasta cultura filosófica, Leonardo Van Acker foi considerado, em certos círculos, um dos maiores conhecedores da filosofia de sua época, embora tenha privilegiado os princípios da filosofia neotomista na formação dos estudantes, nos artigos publicados, nas palestras proferidas e nos inúmeros encontros de católicos dos quais participava ativamente.

Como defensor intransigente da Filosofia de São Tomás de Aquino, Leonardo Van Acker procurou manter uma postura próxima à dos seus mestres louvainenses, qual seja, a de busca de uma harmonia entre o tomismo e o pensamento moderno, daí sua abertura ao diálogo com as correntes modernas e contemporâneas da Filosofia. Tal abertura,

² *Anuário da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo*, ano I, 1908 (*Apud* Casali, 1995, p. 94).

entretanto, apresentava limites explícitos, posto que “no momento em que uma descoberta científica nova e segura pusesse em cheque uma tese filosófica partilhada por Santo Tomás ou Aristóteles, nós abandonaríamos uma tal tese, sem sombra de pena” (Sentroul, Apud Campos, 1968, p. 75).

O fato era que, entre todas as correntes de pensamento, estava sempre em primeiro plano, a filosofia tomista. Segundo Antônio J. Severino (1997, p. 34), esta “é a forma mais perfeita e acabada do modo metafísico de pensar, no sentido que a metafísica assumiu na tradição cultural do Ocidente”. Trata-se da retomada do pensamento de Aristóteles, devidamente adaptado aos princípios teológicos do cristianismo.

São Tomás de Aquino considerava que, se o aristotelismo era, de fato, uma doutrina racional, o aristotelismo cristão deveria ser possível, posto que a razão jamais poderia contradizer a verdade, do mesmo modo que a verdade racional não poderia contrariar a verdade revelada.

De acordo com Severino (1997, p. 36), a influência do pensamento tomista na cultura brasileira foi marcante. Essa hegemonia só começou a ser questionada com a chegada ao Brasil, na virada do século XIX, do Positivismo com seus pressupostos ligados ao cientificismo iluminista, “o que na educação se dará mediante o desenvolvimento da Escola Nova, sob a égide da ideologia liberal”.

De fato, os pressupostos filosóficos do tomismo, defendidos com veemência por Leonardo Van Acker, encontraram, sobretudo nos anos de 1930, reação intensa por parte do grupo dos chamados *pioneiros da educação nova*. Durante esses anos e a primeira metade dos 40, afirma Granjo (1999), a produção intelectual de Van Acker concentrou-se nas questões referentes à educação brasileira, polemizando ativamente com esse grupo.

A crítica aos pressupostos filosóficos da Escola Nova e dos seus principais expoentes tanto no mundo afora (Rousseau, Dewey, Kilpatrick e outros, segundo Van Acker) quanto no Brasil (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros) constituiu, pode-se dizer, a principal disputa, dentro do campo filosófico-educacional, no período em tela. Este fato é perceptível nos periódicos, nos congressos e encontros de inspiração católica, nas publicações em livros, nos debates em torno da LDB de 1961 e através de um campo específico do conhecimento por onde essas questões, naturalmente, desaguavam: o campo do ensino.

Especialmente na condição de professor catedrático da disciplina História e Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento, Leonardo Van Acker impetrou a essa disciplina a sua marca de filósofo neotomista. Mostrando-se aberto ao novo, não deixava de ter suas desconfianças quanto às novidades do mundo moderno, preferindo, antes, a continuidade segura da tradição.

Os programas de Filosofia da Educação

O projeto católico do qual Leonardo Van Acker era um expoente importante, se consubstanciava na formação cristã das mentalidades a fim de fazer frente às ameaças trazidas pelo laicismo e suas conseqüências espraiadas por todos os lugares. Mas, como lembra Cury (1988, p. 151), isso “não se conseguiria sem uma exata noção do que pensam os outros, ou seja, os contrários a estas metas”. Por isso, afirma o autor, os que estão fora de suas fronteiras “devem ser conhecidos como conhecidas suas posturas, ante o catolicismo.” Para tanto, “os católicos deveriam deixar as atitudes defensivas e partir para as ofensivas em torno de veículos como: jornais, rádios, bibliotecas, etc.” (*Ibid.*, p. 151).

Os programas construídos por Leonardo Van Acker, para direcionar o ensino de Filosofia da Educação, pode-se dizer, tinham exatamente este sentido de espaço de aprendizagem da “exata noção do que pensam os outros” (Cury, 1988, p. 151), isto é, os seus contrários e de suas posturas frente aos princípios cristãos. Ao mesmo tempo, eles eram um espaço privilegiado de afirmação apologética desses princípios.

Em geral, seus programas se concentravam em quatro assuntos: 1º- abordagem sobre a *história da filosofia*; 2º- preocupação epistemológica em explicitar o significado das expressões: *filosofia, ciência, educação, filosofia da educação*, bem como das relações que possam existir entre esses termos; 3º- referência aos *valores e fins da educação*; e, em menor proporção (4º), a presença de *temáticas de corte psicológico*.

No primeiro caso, a História da Filosofia é traduzida pela proposição nos programas da Filosofia Antiga e Medieval e pela Filosofia Moderna. Quase não há referência à Filosofia Contemporânea. No primeiro programa de Filosofia da Educação, datado de 1948, Leonardo Van Acker não transpõe os limites da idade antiga e medieval e enfatiza temas como: *o platonismo pedagógico – Sócrates, Platão, os socráticos menores, o estoicismo e epicurismo; o néo-platonismo pedagógico: Plotino e Santo Agostinho; o peripatetismo pedagógico: Aristóteles e Tomás de Aquino*.

Em 1951, o programa circunscreveu seus conteúdos a partir de dois eixos básicos que vão dos pré-socráticos a Santo Agostinho, a saber: *estudo do socratismo e platonismo educativo: Sócrates menores: cirenaicos, cínicos, estóicos, epicurismo, neo-platonismo, Plotino e Santo Agostinho.*

A predominância da História da Filosofia nos programas de Filosofia da Educação de Leonardo Van Acker, sobretudo, da Filosofia Antiga e Medieval, em relação à Filosofia Moderna se deve a alguns fatores, tais como: a) à sua formação filosófica haurida nos anos que passou no Instituto Superior de Filosofia em Louvain onde se bacharelou, licenciou e doutorou em Filosofia e Letras, recebendo a influência dos mestres neotomistas Desiré Mercier e J. Maritain; b) a uma concepção de filosofia como síntese integral do saber humano, típica dos filósofos gregos; c) ao fato de que a filosofia medieval - corporificada na *patrística* e na *escolástica*, tendo em Van Acker um herdeiro legítimo desta última - se nutre no pensamento grego, especialmente, em Platão e Aristóteles; d) à condenação dos filósofos modernos pela Igreja Católica.

O humanismo helênico foi, portanto, a fonte inspiradora de uma concepção filosófica que atravessou a prática de Leonardo Van Acker em função do sentido de unidade do saber e de concepção total da realidade que carrega consigo, tal como expressa abaixo:

A philosophia antiga teve o culto da unidade. Platão no Banquete recomenda a contemplação da Idéa do Bello Absoluto, princípio da vida verdadeiramente moral. A tradição cristã, - desde os Padres da Igreja, inspirados sobretudo na metaphysica platônica; até aos Doutores medievales, seguindo em maioria a esteira de Aristóteles - foi unânime em formar, de acôrdo com os requisitos da consciência moral e religiosa, comprehensiva concepção de philosophia.³

8 Paralela ao culto da unidade que caracterizou o humanismo helênico, estava a crítica desferida contra a falta de unidade característica da Filosofia Moderna. Para Van Acker (1926, p. 32), Descartes teve um papel-chave neste processo, posto que ele teria "inaugurado o regime de separação" entre os saberes ao conceder supremacia à razão e à dúvida,

³ A citação é de Leonardo Van Acker (1926, p. 32), baseando-se no filósofo D. Mercier.

contribuindo, com isso, para todo tipo de licenciosidade e anarquia evidentes na época moderna.

Interpretando Leonardo Van Acker, em sua crítica aos filósofos modernos, Maria Helena B. Granjo (1999, p. 336) acrescenta que ela é devida a um fator relacionado à perda da perspectiva religiosa entre os filósofos. É que os modernos, diz a autora,

não contentes em abandonar a tradição religiosa, teriam abandonado também a tradição filosófica e dado origem a uma forma de pensar não apenas individual, como individualista (...) tal individualismo, próprio da época, tinha reinado igualmente entre os cientistas.

De fato, a concepção de Filosofia de Leonardo Van Acker em tudo vincula a uma possibilidade de escalada para as dimensões do “supra-sensível” e para o “extrafenomenal”, para usar uma expressão de Heberto Miranda Santos (1935, p. 82), um nome sempre presente entre os filósofos da educação adeptos do tomismo. Santos dizia, criticando a influência positivista, que a filosofia jamais deveria ser uma mera sistematização das ciências, “mas um elan para o absoluto, uma ascensão para o transcendental e, sobretudo, uma concepção total da realidade” (Ibid., p. 82).

Cumpre também lembrar que, desde o século XIX, a Igreja Católica havia publicado uma série de encíclicas onde advogava uma ordem contrária aos pressupostos do modernismo que tantos transtornos lhe trouxera. Corroborando com estas críticas, Pe. Leonel Franca, publicou em 1941, o livro *A crise do mundo moderno* em que explicitou as rupturas ocasionadas na cultura pelos pensadores que “lançaram no mundo em que vivemos o tumulto das idéias loucas (...) criando a anarquia em que vivemos”. Segundo Leonel Franca, Lutero, Descartes, Kant, Comte, Nietzsche e Marx foram os maiores responsáveis pela “crise do mundo moderno”. O abandono da revelação cristã consistiria na razão suprema dessa crise.⁴

Contudo, Leonardo Van Acker, embora um crítico da Filosofia Moderna, não usou isso como estratégia de apagamento das temáticas

⁴A referência à obra de Leonel Franca foi extraída do discurso proferido pelo Cardeal Cerejeira: *Da Universidade de Coimbra à Universidade Católica, na sessão de instalação da Universidade Católica de São Paulo (In: Anais, 1946, p. 68-69).*

próprias do período. Aliás, uma característica encontrável nos seus escritos é a capacidade de, ao tratar um determinado assunto, primeiro descrevê-lo em detalhes para, somente depois, lançar-lhe as devidas críticas. É preciso frisar, todavia, que a presença nos programas de Filosofia da Educação de Van Acker, de temáticas (ou filósofos) pertencentes à época moderna, provavelmente, significou uma oportunidade para ele exercer seu potencial agudo de crítica e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de enaltecimento da filosofia tomista, considerada a mais perfeita.

Assim, no programa de 1948, e em outros, pode-se encontrar os seguintes temas e autores: *o racionalismo pedagógico de inspiração cartesiana; o empirismo e associacionismo: Locke, Bain, Herbart; o individualismo pedagógico: Rousseau, o socialismo pedagógico.*

Pelo menos em relação a Rousseau, Leonardo Van Acker, nos seus textos, foi impiedoso quanto à concepção que tinha da infância, do papel do preceptor e da existência de incompatibilidade entre a natureza infantil e a sociedade. Fundamentalmente, Leonardo Van Acker (1959, p. 599) não admitia, em Rousseau, a idéia de que, entre as necessidades que a criança na idade escolar precisava conhecer, não figurava “a de ser instruído, nem mesmo a de ser informado...”

Contra isso afirmava que,

não é sem oportunidade lembrar essas idéias em face da pedagogia 'Nova', cujo espírito muitas vezes tende para certa instrução que é a negação do ensino e requer discípulos que já não sejam propriamente alunos. E tal é a tendência de todos aqueles que exageram o alcance dos métodos activos (Ibid., p. 559).

Assim, se Leonardo Van Acker dava especial atenção à Filosofia Moderna com o intuito de, sobre ela, descarregar toda a sua crítica que, aliás, era a mesma da Igreja Católica. Isto talvez explique a quase ausência em seus programas de ensino da Filosofia Contemporânea. É que para ele, de acordo com Granjo (1999, p. 336), havia uma “superioridade inegável da filosofia contemporânea em relação à sua congênere moderna”, porquanto ela “representava o retorno à reflexão metafísica, e não seria avessa à tradição filosófica e mesmo religiosa”. Assim sendo, a Filosofia Contemporânea, pela sua afinidade com a Metafísica, não representava qualquer ameaça a ser combatida que justificasse a sua inserção nos programas de Filosofia da Educação, trabalhados em sala de aula.

Contudo, havia em seu interior uma corrente considerada uma heresia, uma quase heresia e que, portanto, pelo perigo que representava para a sociedade e para a educação, tornava-se necessário dedicar atenção especial. Tratava-se do *pragmatismo pedagógico*. O pragmatismo de Dewey, em se constituindo no principal objeto de crítica dos católicos, desde a década de 30, ocupou espaço deveras ampliado na disciplina Filosofia da Educação, exigindo todo um trabalho de explicitação e contestação das suas teses, dentro daquela perspectiva colocada por Jamil Cury (1988, p. 151) de se conhecer as posturas daqueles que estão fora das fronteiras católicas.

Leonardo Van Acker (1931, p. 81) referia-se ao filósofo norte americano como sendo “o maior e mais autêntico dos filósofos da escola nova,” diferenciando-o de posturas absolutamente condenáveis como as de Rousseau. Contudo, não admitia a doutrina de que se imbuera Dewey em função de ser não só “naturalista, mas sobretudo materialista” (Van Acker, 1957, p. 408).

Se por materialismo entende-se a “reducibilidade total do real à matéria ou a forças inteiramente sujeitas às condições da matéria” (Brugga, 1987, p. 262) e, portanto, a negação ao homem de sua dimensão espiritual, é possível compreender a ligação que os católicos estabeleciam entre o materialismo deweyano e a conseqüente desordem que a falta de Deus criaria na sociedade ao abrir caminho para a implantação do comunismo. Dentro dessa lógica, não apenas J. Dewey era identificado como comunista como também o eram todos aqueles que, confessadamente, aderiram aos pressupostos de sua filosofia como, por exemplo, Anísio Teixeira. Daí as perseguições da Igreja Católica que Anísio Teixeira teve de enfrentar em diferentes momentos de sua vida.

O naturalismo pedagógico já havia sido condenado pelo papa Pio XI como falso e perigoso, desde 1929, na Encíclica *Divini Illius Magistri* a qual, segundo Casali (1995, p. 107), “forneceu o paradigma doutrinário mais elaborado dentro do qual a Igreja no Brasil passou a conformar suas iniciativas no campo educacional”. Os filósofos da educação de inspiração tomista criticavam o naturalismo pedagógico em função dele ter reduzido a Filosofia à ciência, a Psicologia a uma ciência experimental e, finalmente, pela ignorância quanto aos aspectos sobrenaturais do ser humano.

Pode-se também relacionar a crítica de Leonardo Van Acker a John Dewey ao protestantismo deste. Segundo Cury (1988, p. 140-141), para os católicos

as matrizes do pensamento reformador são provindas de países protestantes. Isto é, suas teorias não se identificam com a “alma católica” do povo brasileiro e nem com a personalidade histórica do mundo sulamericano.

Assim, continua o autor:

Se o protestantismo aceita o sobrenatural, seu libertarismo contra a autoridade interpretativa da Igreja, sua separação entre fé e razão criaram condições para o advento de um naturalismo filosófico e pedagógico e de um liberalismo político individualista e ganancioso (Ibid., p. 141).

A crítica de Leonardo Van Acker (1957, p. 412-413) a J. Dewey é ainda acrescida de um agravante: o fato de Dewey ter abandonado até mesmo a religião em que fora educado (o protestantismo) para cultuar, em seu lugar, “uma religião puramente natural e humanitária...”, preferindo, com isso, “a fé na ciência e na democracia.” Em outras palavras, se o protestantismo, por si só, representava para a Igreja Católica uma ameaça, o abandono deste pelo filósofo pragmatista representava algo tão ou mais nocivo, posto que significava, implicitamente, sua adesão ao ateísmo. Para Leonardo Van Acker, Dewey, ao se voltar à ciência e à democracia, transformadas em nova religião, se tornou um sectário para com a religião cristã e seu ensino nas escolas públicas dos Estados Unidos.

Outras temáticas recorrentes no programa de Filosofia da Educação ensinados por Leonardo Van Acker eram: *a definição de filosofia; filosofia e ciências; filosofia e cosmovisão; definições da educação.*

Com relação à sua concepção de filosofia, cumpre ressaltar o nexo que estabelecia entre ela e a atividade de ensinar. Para ele, “a philosophia é um ensino e mesmo antes de tudo um ensino”. E embora reconhecesse que como profissão ela “dá poucas riquezas porque foi dito que a *metaphysica* não paga o homem”, Van Acker (1929, p. 22) ressaltava que era “incalculável” a “influência social e prática da Filosofia”.

De fato, Leonardo Van Acker se movia no mesmo terreno da Igreja Católica, na sua convicção de que, fundamentalmente, pelo ensino se poderia conformar as mentalidades a seus ideais. Não foi insignificante, aliás, a influência exercida por ele sobre seus inúmeros alunos os quais, segundo Granjo (1999, p. 337), “provavelmente multiplicaram suas idéias, na função docente, na magistratura, ou na carreira política”.

No que se refere à *filosofia* e à *ciência*, a relação que existia, segundo Van Acker, era de subordinação desta em relação àquela. Nas suas palavras:

... a ciência depende indiretamente (relativamente) da filosofia, porque esta funda o direito dos primeiros princípios conhecidos e aceitos espontaneamente pelo senso comum. A filosofia rege ainda as ciências, indicando a cada uma delas o seu lugar próprio (1922, p. 119).

A concepção de ciência submetida à filosofia tipifica uma mentalidade arraigada ao pensamento escolástico, em que as dimensões religiosas, metafísicas e científicas não estavam dissociadas e na qual a filosofia reinava soberana. Nesse sentido, a Idade Média simbolizava para Leonardo Van Acker, o ideal a ser restaurado. No seu entender, a dissociação entre os saberes, existente a partir do século XIX, se evidenciava pela supremacia que tiveram as ciências naturais e matemáticas em relação à filosofia e à metafísica, originando o cientificismo, isto é, a crença de que a ciência por si só solucionaria os males da humanidade. A restauração do primado do pensamento filosófico, no conjunto dos saberes e no resgate do papel da teologia como orientadora geral de todas as ciências, fazia parte do movimento internacional de renascimento do catolicismo, segundo o qual a Universidade de Louvain era modelo.

Para Leonardo Van Acker (1930, p. 16), a crescente especialização do conhecimento em diferenciadas esferas do saber e a sua subordinação a tirania positivista teriam violado a hierarquia natural entre as ciências acarretando, com isso, a perda da integralidade científica característica do regime universitário medieval. Nessa acepção, criticava os excessos da mentalidade positivista para quem a filosofia deveria subordinar-se às ciências. Contrariamente, cabia à filosofia - como "sciencia da essência e existência das cousas" - o papel supremo de estabelecer o lugar próprio de cada ciência.

Desta perspectiva ampla de filosofia decorria a sua concepção de *filosofia da educação*, a qual deveria dar a última palavra sobre a ciência pedagógica. Paradoxalmente, embora necessária essa relação entre filosofia e pedagogia, esta estava subordinada àquela corroborando com a concepção de Van Acker de que "a parte só se entende no todo e de que, sem a compreensão geral do sentido da filosofia, qualquer conhecimento específico carece de sentido" (Granjo, 1999, p. 337).

Assim, salvaguardando o papel essencial que tinha a teologia, o saber filosófico, por excelência, era o único capaz de, em função de sua vocação de saber total, ditar as regras para as demais ciências. Do mesmo modo, seguindo a linha silogística característica do seu raciocínio, cabia à Filosofia da Educação, em relação às demais ciências educacionais, uma função tão ampla quanto a da filosofia, isto é, a de *determinar os fins da educação*.

A questão dos *valores e dos fins da educação* constituía outra problemática central nos programas de Filosofia da Educação, de Leonardo Van Acker. Segundo ele,

...o intelectualismo exagerado na pedagogia moderna e o conseqüente desleixo na formação do caráter, salientado pelos nossos educadores, são afinal resultados do preconceito de que a pedagogia é apenas ciência de observação e experiência filiada à psicologia e sem nexos com a moral (Van Acker, 1930, p. 21).

Leonardo Van Acker (1930, p. 17) não tinha dúvidas “de que a formação educativa” era “objeto de certa ciência ou técnica”. Para ele, isto “é quanto basta para definirmos a filosofia pedagógica: a crítica dos postulados da técnica ou ciência pedagógica” (*Ibid.*, p. 17), para além dos modernos reducionismos metodológicos dessas teorias. Embora reconhecesse os progressos trazidos pelo movimento pedagógico moderno, Leonardo Van Acker reiterava que as técnicas, para serem eficazes, não poderiam estar dissociadas de um ideal educativo. Para ele, a definição desse ideal constituía a tarefa própria da filosofia pedagógica ou da Filosofia da Educação.

Da crença – objeto de crítica dos católicos aos filósofos modernos – de que “a pedagogia é apenas ciência de observação e experiência filiada à psicologia e sem nexos com a moral” (Van Acker, 1930, p. 21), decorria a necessidade imperativa da filosofia pedagógica pois, no seu dizer: “se queremos a última palavra da razão humana sobre o valor dos postulados pedagógicos e da própria ciência educativa, havemos de recorrer à filosofia da educação” (*Ibid.*, p. 21-22) porquanto, cabe a ela a tarefa de manter um ideal elevado na educação.⁵

⁵ A expressão *filosofia pedagógica* é utilizada em texto do mesmo nome por Leonardo V. Acker (1930), como sinônima de filosofia da educação ou mesmo de filosofia educativa.

A Filosofia da Educação deveria ser praticada ainda para evitar que o homem se perdesse na multidão dos fatos. Nesse sentido, Van Acker (1990, p. 22) destacou “o plano geral da filosofia educativa”. Segundo ele:

Os problemas maiores são os da essência, do fim e da existência da educação, bem como da essência e existência da própria ciência pedagógica. Tais questões podem ser tratadas por um exame positivo e lógico, precedido dum estudo histórico e crítico das várias teorias modernas de filosofia pedagógica.

Este argumento, provavelmente, explicita a forma como Leonardo Van Acker trabalhava a Filosofia da Educação. Centrava sua atenção na História da Filosofia para dela derivar conseqüências para a educação. Tal procedimento teve longa duração na forma de conceber a disciplina.

Finalmente, cumpre salientar a presença (ainda que em menor alcance) de *temáticas de corte psicológico* nos programas de Filosofia da Educação de Leonardo Van Acker, a saber: *os fatos educacionais básicos: aprendizagem e ensino; conceituação de aprendizagem; conceituação de ensino; o educando, sua natureza e fins psicológicos imediatos: o comportamento humano, a motivação do comportamento humano, leis e princípios da aprendizagem humana.* Estas temáticas, provavelmente, não guardam relações com a influência marcante que teve a Psicologia na conformação do campo educacional. Antes, podem estar ligadas à intrínseca relação que, desde os gregos, existia entre Filosofia e Psicologia, em que esta, como estudo da alma, era um campo de conhecimento tratado pelos filósofos.

A simbiose entre essas áreas só foi rompida, no século XIX, com o advento das ciências experimentais que, influenciadas pelo Positivismo, excluíram a metafísica assim como todo conhecimento que transcendesse o fenômeno sensível do âmbito da Psicologia Filosófica. Foi somente a partir desse século que a Psicologia se tornou uma ciência separada da Filosofia.

Na realidade, a separação da Psicologia da Filosofia teve implicações não apenas de ordem epistemológica. Ao se separar da Filosofia, a Psicologia, no intuito de constituir-se em um campo próprio de saber, apoderou-se de um objeto que não era seu, mas, historicamente, da Filosofia, qual seja, a alma humana, sede das emoções, vontades e desejos humanos. Desse modo, influenciada pelo positivismo, a Psicologia passou a assumir a responsabilidade de medir e controlar o comportamento humano, apoderando-se, portanto, não apenas de um

objeto abstrato de conhecimento (a alma), mas, fundamentalmente, de um objeto concreto de controle sobre homens e mulheres, há muito de domínio filosófico, leia-se, religioso.

Filosofia da Educação: bibliografia e eventos na década de 40 e 50

Do ponto de vista da bibliografia dos programas de Filosofia da Educação, embora não haja explicitação do que era indicado para leitura em sala de aula, posto que isso parece não constituir uma exigência nesse período, ao final do programa de 1961 – o último encontrado sob a regência de Leonardo Van Acker – ele escreveu: “o programa se inspira principalmente no livro de W. F. Cunningham: *The Pivotal Problems of Education*; Na *Introduction to the Christian Philosophy of Education*. Subsidiariamente serão aproveitados os livros de Redden e Ryan, Alves Siqueira e De Hovre”.

De acordo com Leonardo Van Acker (1969, p. 17), a obra *Filosofia Pedagógica* (1924) de De Hovre teve enorme influência nos “tratados pedagógico-filosóficos mais sistemáticos” escritos por Antônio Alves de Siqueira (*Filosofia da Educação* de 1942) ou a *Catholic Philosophy of Education* de J.D Redden e F. A Ryan, (1942). Foram esses filósofos da educação, todos católicos, que deram a ler a realidade educacional do período e que, provavelmente, subsidiaram os programas da disciplina Filosofia da Educação analisados.

No que concerne ao mercado editorial, as décadas de 40 e 50, especialmente, ofertaram na esfera da Filosofia da Educação, uma gama significativa de manuais, cujos autores, na sua quase totalidade, eram homens provenientes de uma formação religiosa de base católica.⁶ Acrescente-se também o papel privilegiado que teve a Revista *A Ordem* na publicação de artigos filosófico-educacionais de inspiração cristã e do *Boletim* da Associação dos Professores Católicos (APC).

⁶ Eis o exemplo de alguns livros de Filosofia da Educação que o mercado editorial ofertou no período em tela: Rui de Aires Belo. *Filosofia e Pedagógica: Para as cadeiras de curso pedagógico do instituto de educação do Brasil*. Série Didática do Brasil. 1956; Frans De Hovre. *Pedagogos y pedagogia del catolicismo*. Madrid. 1948; Frans De Hovre. *Ensaio de filosofia pedagógica*. Série *Atualidades Pedagógicas*. SP: Nacional. 1969; Alceu Amoroso Lima. *Humanismo pedagógico: estudos de filosofia da educação*. In: *Coleção Presença*. vol. XI. RJ: Stella editora. 1944; Jacques Maritain. *Rumos da educação*. Tr.: Inês Fortes de Oliveira. RJ: Agir. 1947; John D. Redden e Francis A. Ryan. *Filosofia da Educação*. 2ª ed. RJ: Agir. 1961; Teobaldo Miranda Santos. *Filosofia da educação: os grandes problemas da pedagogia moderna* RJ: Bofifoni. 1942; Teobaldo Miranda Santos. *Noções de Filosofia da Educação*. R.J: Companhia Editora Nacional, 1947; Antônio Alves de Siqueira. *Filosofia da Educação: Subsídios para um curso*. Petrópolis: Vozes. 1942.

A proliferação dessa produção pode estar relacionada ao fato de que a Igreja Católica não tendo conseguido atingir o controle exclusivo da educação superior no Brasil com vistas a formação das elites, precisava, contudo, combater seus *inimigos* e enaltecer seus ideais não apenas a partir da universidade católica, isto é, das disciplinas e dos programas de ensino, como também de toda uma produção teórica dedicada a esses objetivos. Nessa direção, foram abundantes as publicações em livros e revistas que circularam, sobretudo, durante a década de 40 e 50, visando obter adesão do professorado.

De fato, ao falar sobre os espaços de legitimação e circulação da produção filosófico-educacional de inspiração católica, é preciso remeter ao papel privilegiado que teve a revista *A Ordem*. A despeito da existência de outros veículos, como a *Revista Brasileira de Pedagogia* (RBP) e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) na publicação de artigos da área, e no interior de *A Ordem* que se pode obter, de modo claro, uma visão do que foi a Filosofia da Educação, quando da sua institucionalização na universidade católica.⁷

Em todo caso, cumpre registrar que esses veículos de divulgação, embora abarcando a problemática filosófico-educacional do período, não se constituíam como veículos próprios da área, posto que abrigavam assuntos de variados âmbitos do conhecimento.

Considerações finais

Tendo surgido como disciplina em meio à suposta crise do mundo moderno, a Filosofia da Educação foi compreendida pelos intelectuais que fizeram parte da sua história, no período de 1940 a 1960, como um saber que tinha por função essencial contribuir para a construção de um ideal elevado para a educação, definindo quais os fins e os valores que valiam a pena ser transmitidos. Esse ideal, em geral, foi definido a partir de algumas autoridades, tais como São Tomás de Aquino ou o papa Pio X.

A primeira geração de professores de Filosofia da Educação disseminou suas idéias em diversas revistas da época (*A Ordem*, *Revista*

⁷ Para uma análise da RBP, vide a dissertação de Sgarbi (1997). Para uma análise das principais concepções de filosofia da educação veiculadas pela RBEP, vide Saviani (1984, p. 273-290).

Brasileira de Pedagogia...) e nos manuais de Filosofia da Educação endereçados aos cursos de formação de professores. Todos de marca cristã.

O papel que teve a disciplina Filosofia da Educação no curso de Pedagogia da PUC-SP, nesse período, foi bastante amplo, daí muitas vezes ela ser referida como *cosmovisão da educação* ou *mundividência pedagógica*. Entretanto, a Filosofia da Educação não apenas tinha uma responsabilidade como disciplina interna a esse curso – que era a de definir os fins da educação e determinar o lugar próprio de cada ciência pedagógica – como também era responsável pelo tipo de sociedade que seria construída a partir dela. Extrapolando o domínio do meramente epistemológico, sua função era, portanto, essencialmente ética e doutrinária. Desse modo, à medida que a disciplina reproduzia os valores cristãos através dos seus programas e manuais de ensino, ela participava da produção da sociedade idealizada pela Igreja.

A defesa dos ideais católicos de educação contra os pressupostos considerados ateus e modernizantes da Escola Nova constituiu-se, ao longo do período estudado, no cerne da principal polêmica travada pelos intelectuais da Filosofia da Educação. A depender do resultado dessas disputas, selou-se o destino da Filosofia da Educação. Nesse aspecto, Lucíola Santos (1990) tem razão quando afirma que a proposta curricular de uma disciplina, em determinada época, é resultado da hegemonia de uma dada posição em seu interior.

Em geral, foi em torno da filosofia tomista que se inspiraram os intelectuais, a maioria homens, os programas e a bibliografia que conformaram uma determinada identidade à Filosofia da Educação: uma identidade filosófico-teológica. O nexos – inexorável segundo os católicos – entre pedagogia e religião e entre filosofia e teologia possibilitou à disciplina Filosofia da Educação, nesse quadro, incorporar, consolidar e reproduzir o projeto de uma sociedade espiritual forjada através dos mais elevados ideais cristãos que a ela competia fixar.

BIBLIOGRAFIA

- BRUGGER, W. *Dicionário de filosofia*. 4ª ed. São Paulo: EPU, 1987.
- CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e neotomismo no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1991.

CURY, Carlos Roberto J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 4ª ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1988.

GRANJO, Maria Helena B.; VAN ACKER, Leonardo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.; BRITTO, Jader de M. (orgs.). *Dicionários de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999, p. 333-338.

OLIVEIRA, J. H. Barros de. *Filosofia, psicanálise e educação*. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. tomo III: o Brasil republicano. 4º volume: economia e cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1990, p. 345-380.

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estatutos. In: *Anais*. São Paulo: Ave Maria Ltda, 1946, p. 201-205.

ROSA, Maria da G. de. *A história da educação através dos textos*. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

SANTOS, Lucíola. L de C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 2, 1990, p. 11-29.

SANTOS, Teobaldo Miranda. Depoimento (saudação feita durante o congresso eucarístico de Campos). *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano XV, vol. XIV, jul./dez., 1935, p. 80-86.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *RBE/P*, Brasília, maio/jun, 1984, p. 273-290.

SEVERINO, Antônio J. *A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCARINI, Antônio Donizetti. *Igreja, educação e modernidade na década de 1930: evolucionismo católico*. Dissertação de mestrado, Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, PUC-SP, 1997.

VAN ACKER, Leonardo. *Introdução à philosophia: resumo destinado aos alunos*. São Paulo: Agrasso & Pinheiro, 1922.

_____. Lição inaugural pelo Dr. Leonardo Van Acker. In: *Anuário do ano letivo de 1925*. Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild, 1926, p. 25-49.

_____. Filosofia pedagógica. *A Ordem*. Rio de Janeiro, ano X, nº 8/10, 1930, p. 12-23.

_____. Santo Tomaz de Aquino e a Escola Nova. *A Ordem*. Rio de Janeiro, nº 19, 1931, p. 139-145.

_____. O naturalismo de John Dewey. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1957, p. 408-419.

_____. A Essência genuína da Escola Nova. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, vol. IX, fasc. 4, 1959, p. 595-605.

_____. Frans De Hovre: O Homem e a obra. In: HOVRE, Frans de. *Ensaio de filosofia pedagógica*. Tr.: Luiz Damasco Penna & J. B. Damasco Penna. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p. XIII a XX.